

1. Sobre os preceitos contemplados na Constituição Federal de 1988 podemos afirmar que:

- A) O Brasil é formado pela união confederativa dos Estados, Municípios e Distrito Federal e constituiu-se em Estado Democrático de Direito, somente podendo ser alterada a forma de estado através de Decreto Legislativo.
- B) São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo necessária a observância da ordem de hierarquia que o Poder Judiciário exerce sobre os demais poderes.
- C) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.
- D) A República Federativa do Brasil tem como um dos principais fundamentos a construção de uma comunidade latino-americana de nações.

2. De acordo com o disposto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais do indivíduo, é INCORRETO dizer:

- A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- B) É livre a manifestação do pensamento, salvo se contrária aos preceitos fundamentais consolidados na jurisprudência pátria.
- C) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

3. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, salvo por determinação judicial, quando necessária à proteção das instituições.
- B) não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX.
- C) É garantido o direito de herança.
- D) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

4. Analise as questões abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os Tribunais Regionais Federais possuem um quinto de membros escolhidos dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira.
- B) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.
- C) As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa.
- D) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, inclusive as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

5. Julgue os itens abaixo, de acordo com as normas constitucionais de organização da Justiça Federal:

I - As causas intentadas contra as empresas públicas e sociedades de economia mista poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

II - Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal, hipótese em que o recurso cabível será para o respectivo Tribunal de Justiça Estadual, na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

III - As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

IV - Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá uma seção judiciária que terá por sede a respectiva Capital, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.

V - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

- A) Todos os itens estão certos;
- B) Apenas os itens III e IV estão certos;
- C) Apenas os itens II, III e IV estão certos;
- D) Apenas os itens III, IV e V estão certos;

6. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. São pessoas jurídicas de direito privado, EXCETO:

- A) sociedades
- B) partidos políticos
- C) autarquias
- D) organizações religiosas

07. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Conforme expressa previsão do Código Civil vigente, tem domicílio necessário:

- A) o servidor público
- B) a pessoa casada
- C) o estudante
- D) a pessoa capaz

08. Assinale a alternativa correta sobre os direitos da personalidade:

- A) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- B) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- C) É defeso a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, ainda que com objetivo científico ou altruístico.
- D) Toda pessoa tem direito ao nome, nele não compreendidos o prenome e o sobrenome.

09. Assinale a alternativa INCORRETA sobre prescrição e decadência:

- A) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- B) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- C) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- D) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência.

10. Considere a seguinte situação hipotética: João da Silva, menor incapaz, com seis anos de idade, é o único pensionista de seu falecido pai, Alfredo da Silva. João reside em São Luís, com seus avós paternos, já que estuda em escola na capital. Contudo, os avós não detêm a guarda de João, que segue representado por sua mãe, Maria da Silva. Esta, inclusive, é a responsável econômica por todas as despesas de João e por receber a pensão e representa-lo perante a instituição bancária, embora ela resida em Carutepera. Maria então ingressa com ação judicial para receber a metade da pensão de João da Silva, já que vivia em união estável com Alfredo, quando este faleceu.

Neste caso, considerando-se as normas sobre as partes e seus procuradores, dispostas no Código de Processo Civil:

- A) o juiz concederá provisoriamente a guarda de João da Silva a um de seus avós, já que Maria, ao ingressar em processo contra João, perderá a possibilidade de representar seu filho em qualquer outra instância ou juízo;
- B) Maria poderá litigar normalmente contra João, sem a necessidade de participação de nenhum sujeito especial, já que é a responsável econômica por seu filho;
- C) Maria poderá litigar normalmente contra João, sem a necessidade de participação de nenhum sujeito especial, mas João poderá, caso queira, requerer o chamamento ao processo de um de seus avós paternos;
- D) O juiz nomeará curador especial para João, enquanto durar a sua incapacidade, já que há colidência entre os interesses de João e os de sua mãe.

11. De acordo com o Código de Processo Civil, no que concerne às partes e aos seus procuradores, considere a opção incorreta:

- A) A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica;
- B) A União é representada em juízo, ativa e passivamente, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;
- C) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- D) O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie sucessor. O advogado continuará a representar o mandante, durante os 10 (dez) dias seguintes, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.

12. De acordo exclusivamente com as normas previstas no Código de Processo Civil (não considere normas de organização judiciária local ou regulamentos internos dos órgãos que integrem o sistema de justiça), quanto às regras de impedimento e suspeição do juiz:

- A) Estas também se aplicam aos membros da defensoria pública, caso se encontrem em alguma das situações de suspeição ou impedimento em relação ao assistido;
- B) Apenas as regras de suspeição descritas no CPC se aplicam aos membros do Ministério Público. As regras de impedimento são previstas apenas em regramentos internos do Ministério Público.
- C) As regras de suspeição e impedimento se aplicam, também, ao membro do Ministério Público, aos auxiliares da justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo;
- D) Para se declarar suspeito, o juiz sempre deverá declinar as razões, não podendo, em qualquer hipótese, arguir motivo de foro íntimo;

13. De acordo com o art. 153 do CPC, o escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, preferencialmente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais. Estão excluídos da regra acima:

- A) os atos urgentes, à critério do escrivão ou chefe de secretaria, e as preferências legais;
- B) os atos urgentes, assim reconhecidos pelo juiz no pronunciamento judicial a ser efetivado, e as preferências legais;
- C) os atos urgentes, à critério do escrivão ou chefe de secretaria ou aqueles reconhecidos pelo juiz no pronunciamento judicial a ser efetivado, e as sentenças homologatórias de acordos judiciais;
- D) apenas as preferências legais;

14. A concessão da tutela de urgência de natureza antecipada exige:

- A) abuso do direito de defesa.
- B) dispensabilidade de justificação prévia.
- C) reversibilidade da decisão.
- D) prova documental.

15. Sobre Tutela Provisória, com fundamento nas previsões do Código de Processo Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, podendo a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- () Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente se, dentre outros casos, não for efetivada no prazo de quinze dias.
- () A tutela da evidência será concedida, desde que demonstrado o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nas hipóteses previstas na lei.
- () Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

- A) V – F – V – V.

- B) V – F – F – V.
- C) F – V – V – F.
- D) F – V – F – F.

16. No que tange ao inquérito policial, considerando as disposições legais contidas no Código de Processo Penal, marque a alternativa INCORRETA:

- A) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- C) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.

17. Acerca da ação penal, segundo o Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar que:

- A) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- C) A representação será retratável, depois de oferecida a denúncia.
- D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

18. Sobre o acordo de não persecução penal, inserido no Código de Processo Penal pelo Pacote Anticrime, assinale a alternativa CORRETA:

- I – Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado com ou sem a presença do seu defensor, e sua legalidade.
- II – Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.
- III - Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.

- A) Apenas a afirmação I está correta
- B) II e III estão corretas
- C) Todas estão corretas
- D) Apenas a afirmação III está correta

19. Suponha que Alírio, residente em Brejo-MA, tenha embarcado em uma aeronave nacional de grande porte, modelo Embraer 195-E2, prefixo PR-GOR, da empresa aérea Fly Babaçu, no aeroporto de São Luis – MA, tendo como destino final na cidade de Navegantes-SC. Iniciados os procedimentos de pouso, Alírio aproveitou a movimentação de poltronas para praticar contra a passageira que viajava ao lado, residente na cidade de Anita Garibaldi-SC, sem a anuência

desta, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia. Com a aeronave em solo no aeroporto de Navegantes-SC, o referido passageiro foi autuado em flagrante pela Polícia Federal e encaminhado à Delegacia de Polícia Federal da cidade para os procedimentos cabíveis. Na situação hipotética narrada, em vista das normas de competência contidas no Código de Processo Penal, especialmente as disposições especiais e normas de prevenção, o acusado deverá ser processado e julgado na Justiça Federal em qual cidade?

- A) Brejo - MA.
- B) São Luis - MA
- C) Navegantes- SC
- D) Anita Garibaldi-SC

20. Concernente ao inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- A) Trata-se de procedimento misto, judicial-administrativo.
- B) Trata-se de procedimento judicial excepcional.
- C) Trata-se de procedimento no qual o contraditório é elemento essencial para sua validade.
- D) Trata-se de procedimento administrativo.

21. Assinale a opção correta:

- A) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- B) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, exceto quando o processo estiver em fase de execução com sentença condenatória.
- C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto quando decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- D) A pena prescinde de prévia cominação legal

22. Marque a opção incorreta:

- A) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- B) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- C) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.
- D) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e embarcações brasileiras e estrangeiras de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem.

23. É incorreto afirmar:

- A) Diz-se o crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal
- B) Diz-se o crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente

C) Nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

D) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

24. Sobre imputabilidade penal, é correto afirmar:

A) Excluem a imputabilidade penal, a emoção ou a paixão.

B) A embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.

C) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, não era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

D) Os menores de 18 (dezoito) anos não são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial

25. A respeito da aplicação da Lei Penal, é correto afirmar, exceto:

A) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

B) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

C) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

D) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

26. Acerca da Seguridade Social, marque a opção incorreta:

A) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

B) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

C) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

D) A lei não poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

27. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, exceto:

A) A promoção da integração ao mercado de trabalho.

B) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, inclusive quando a poder ter provida por sua família.

C) O amparo às crianças e adolescentes carentes.

D) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

28. Sobre a Previdência Social, marque a opção incorreta:

- A) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
- B) Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
- C) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- D) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

29. Considerando as normas da Lei nº 8.213/91 que regulam a aposentadoria por invalidez, marque a opção correta:

- A) Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá ao INSS pagar ao segurado empregado o salário.
- B) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, mesmo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- C) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga de forma vitalícia.
- D) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

30. Com relação ao auxílio-doença e suas características, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- B) Deve ficar configurada obrigatoriamente a incapacidade permanente para o trabalho.
- C) É devido ao segurado empregado a contar do primeiro dia de afastamento da atividade.
- D) A renda mensal do benefício equivale a 100% do salário de benefício.

RASCUNHO

